
O ENSINO SUPERIOR FRENTE À NOVA ORDEM MUNDIAL

Marlúcia de Meneses Rodrigues
Doutora em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba-SP.

RESUMO

O texto discute o ensino superior frente à nova ordem mundial, na perspectiva do plano econômico, social e político. A globalização apresenta no contexto como definidora da dominação cultural. Ciência, tecnologia, globalização econômica aparecem como categorias que merecem análises para um novo redimensionamento para a construção de uma reorganização do ensino superior.

Palavras-Chave: Ensino Superior- Nova ordem mundial – Globalização

ABSTRACT

The text refers to the University Teaching facing the new worldwide order in the perspective of the political and social economical plan. The globalization appears in the context as the one which defines the cultural domination. Science, technology, Economical globalization are shown as categories which deserve analysis for a new redimension to the construction of a reorganization of the University Teaching Superior.

Key Words: Globalization- University teaching – New Worldwide Order

Discutir a relação do Ensino Superior no contexto da dinâmica atual do capitalismo é uma tarefa complexa, tendo em vista as transformações pelas quais vem passando a sociedade como um todo.

A “nova ordem mundial” pode ser entendida a partir do plano político, do plano econômico e do social. No plano político pode ser apreendida sob o ponto de vista do aumento do poder das grandes potências. No plano econômico a chamada “globalização” agrega discussões, as mais variadas, aquelas que dizem respeito às conseqüências do processo. E, no plano social é visível os problemas: desemprego, exclusão, distorções de renda no nível macro (entre nações) e no nível micro, no âmbito das relações humanas.

Vários estudos nos têm mostrado que a globalização é um processo que atua no sentido de uma mudança na estrutura política, econômica e social das sociedades apresentando avanços e retrocessos.

A globalização é, portanto, capaz de

provocar mudanças nos planos de produção, da produtividade e da riqueza. Do ponto de vista econômico e social, a globalização integra os mercados em nível mundial

Contudo, apesar de ser percebida com clareza nessas três esferas, essa “nova ordem” tem sido colocada, inclusive, como justificativa para a implementação de políticas públicas educacionais, acentuadamente, implementadas em países subdesenvolvidos. A introdução dessas políticas tem sido colocadas de forma incisiva, em tempo *record* sem que se permita uma oportunidade de análise.

Desta feita, como conseqüência da globalização da economia, a dominação cultural é um fato colocado.

A chamada “eficiência” e a educação continuada é uma preocupação central à integração da economia global, cujo objetivo maior é o sucesso econômico. Com isto, a execução das políticas educacionais são diferentes, quando aplicadas em situações diferenciadas de desenvolvimento. De um lado,

há de se considerar que é inconcebível que países pobres utilizem os mesmos critérios de rentabilidade econômica. Conseqüentemente, a globalização econômica terá forte manifestação na forma de dominação cultural. E, este é o espaço que merece análises mais profundas em razão da imposição de regras de mercado, estabelecidas pelos organismos financeiros e pelas corporações internacionais.

Dentre os pilares básicos de orientação do Banco Mundial destacam-se: valorização à educação, preocupação com os resultados de aprendizagem atrelados ao mercado, avaliação dos resultados em confronto com a relação custo/benefício, centralização dos empenhos na educação básica, diminuição das despesas com o ensino superior, atenção às políticas compensatórias (etnia, minorias culturais e deficientes, autonomia das escolas, e participação da família).

No que se refere ao ensino superior, essas propostas esbarram nos momentos de crise cujas dimensões atingem a sociedade como um todo. Crise geral que atinge todos os povos, abrindo um novo momento na história social, política e econômica. Este é um processo que atua no sentido de uma mudança na diversas estruturas das sociedades.

Essa mudança de paradigma afeta sobremaneira a universidade de modo especial a pesquisa científica, e que a tendência mais evidente é a ligação da visão empresarial de universidade.

A este respeito WARDE & PAIVA (1994) apresentam um quadro geral, no qual, mostra como essas novas propostas afetam a universidade.

Segundo as autoras, a crise da universidade pode ser compreendida como um dos aspectos do modelo Keynesiano, do estado de Bem-Estar Social, substituído pelo modelo neoliberal. Nesse quadro,

(...) desenha-se, então, a crise do estado do bem-estar social, dos próprios regimes sociais-democratas e principiam-se a defesa à volta das "leis naturais de mercado" mediante as políticas neoliberais, que postulam o estado mínimo, fim da estabilidade do emprego e corte abrupto das despesas previdenciárias e dos gastos, em geral, com as políticas sociais. (FRIGOTTO, 1993: 69)

Em relação à crise mundial no modelo neo-liberal, a universidade se vê fortemente atingida.

Diante das medidas recessivas o Estado não mais se apresenta como o gestor capaz de equalizar os interesses das mais diferentes classes. O Estado passa a ser entendido enquanto instância que agrega um expressivo corpo de tecnoburocratas que centralizam gastos. Nesse contexto, resta a alternativa da privatização de serviços públicos e, portanto, também dos serviços educacionais.

Este redirecionamento incide sobre o setor educacional como um todo. A universidade torna-se alvo das medidas de contenção atrelada à percepção de que os serviços do estado não têm qualidade, se, comparado aos serviços orientados pelo lucro.

Assim, estamos atualmente presenciando um amplo processo de redefinição global das esferas social, política, econômica, e, está em jogo, uma redefinição de formas de representação. Inserido no projeto global do modelo neoliberal se insere a redefinição da educação em termos de mercado. (SILVA, 1997: 14-15).

Dessa forma, são explícitas as medidas de corte orçamentários. Isto repercute na pesquisa científica, uma vez que os órgãos públicos ligados à pesquisa precisam não só de reduzir os gastos como também justificar a alocação desses recursos, com critérios de eficiência e rentabilidade. A partir desse ponto

de vista, a busca de outras alternativas e de recursos torna-se uma necessidade e, a universidade passa a se ligar às empresas e, conseqüentemente, fica implícito os resultados que são vistos sob o prisma de eficiência e de rentabilidade. Inicia-se, com isto, a alternância do perfil do pesquisador que se coloca sob as regras desse universo industrial, que tem outras finalidades e outro modo de conduzir os resultados das pesquisas. É por isso que:

Na realidade, a educação carrega hoje um fardo muito pesado. Em uma época de escasso ou nenhum crescimento líquido e desemprego em massa, o discurso oficial responsabiliza a educação por ambas as coisas. Ao colocar ênfase na centralidade das reformas educacionais para continuar ou melhorar na competição internacional, está-se afirmando que se o país não vai melhor é por culpa de seu sistema educacional. Ao insistir permanentemente no desgastado problema do "ajuste" entre educação e emprego, entre o que o sistema escolar produz e o que o mundo empresarial requer, está-se lançando a mensagem de que o fenômeno do desemprego é culpa dos indivíduos, os quais não souberam adquirir a educação adequada ou dos poderes públicos que não souberam oferecê-la; mas nunca das empresas, embora sejam essas que tomam decisões sobre investimentos e emprego e que organizam os processos de trabalho (ENQUITA, 1997: 103)

Por isso, nos dias modernos, a universidade vem perdendo a sua legitimidade. Os dilemas e os desafios estão presentes no cotidiano da vida universitária. São problemas que vão desde o caráter incipiente da relação investimento universidade/empresa quanto até à formação do profissional para as variadas posições que o mundo empresarial requer.

Ainda WARDE & PAIVA (1994), mostram que neste contexto tudo não é tão linear e isento de contradição. Nesse novo

paradigma a rapidez da mudança tecnológica é um elemento que precisa ser considerado, ao lado da necessidade de uma educação geral. As especializações requeridas pelo novo modelo produtivo foi uma teoria marcante nos anos 80.

Assim, por exemplo:

Kern e Schuman (1984) (...) ao levantarem a polêmica tese do fim tendencial da divisão do trabalho, em conexão com a regressão do taylorismo, consideram que o ensino superior está confrontando com maiores exigências de natureza geral e com a necessidade de difundir competências de longo prazo, compreendendo conhecimentos e atitudes. Outros (Beck, 1986), apontam ameaças que pairam sob o prisma social como um todo e consideram que o atual sistema educacional pode conduzir a uma imensa qualificação inadequada que traria instabilidade no político (WARDE & PAIVA, 1994:16).

Além disso, as autoras avançam as análises no sentido de mostrar que o mercado de trabalho e, mais especificamente, do setor público, atingiu a demanda da educação superior, com vistas maiores no sentido de exigir maior atenção para as áreas de ocupação. Também, "atingiu (...) a reprodução dos quadros universitários, o que – ao lado de outros fatores- conduz a redefinição do papel social de tais instituições. As universidades públicas que colocaram ênfase na pesquisa nos últimos anos estão se confrontando mais duramente com a questão". (WARDE & PAIVA, 1994: 19)

Desta forma, vários problemas se colocam em evidência: a questão de vagas, questionamento das pesquisas nos aspectos teóricos e práticos, atualização, padrões de qualidade, qualificação do docente, autonomia, racionalização dos recursos, avaliação, são dentre outros, motivos de reflexão para a universidade. Daí se infere uma delimitação também desses problemas, quando transporta-

dos para as instituições de ensino superior jovens. Neste quadro, pode ocorrer análises inconsistentes do ponto de vista da condução de resultados na perspectiva de um modelo produtivo. Assim, além disso,

(...) a retração do mercado de trabalho em geral e em especial no setor público atingiu a demanda por educação superior em toda parte, exigindo maior atenção para as possibilidades de ocupação. Atingiu também a reprodução dos quadros universitários, o que – ao lado de outros fatores – conduz à redefinição do papel social de tais instituições. As universidades públicas que colocaram ênfase na pesquisa nos últimos anos estão se confrontando com mais duramente com a questão. A crise institucional em que se encontram reflete a nova situação. (...) a pesquisa que nelas se realiza pode ser questionada em sua relevância teórica e prática bem como em sua atualidade, considerando-se o que se faz no plano internacional porque, com a multiplicação de tais atividades em todo o mundo, tornou-se mais difícil produzir conhecimento verdadeiramente novo em países em desenvolvimento. Especialmente nas universidades jovens, situadas fora dos grandes centros, o que se produz raramente pode ser justificado por critérios externos à instituição. Nesse caso, a tarefa aceita como mais legítima encontra-se realmente no ensino – ou seja, na preparação profissional. A questão torna-se mais complexa quando se trata de universidades de grande porte situadas nos grandes centros, nas quais atua a maior parte da intelectualidade do país, e cujos produtos intelectuais significam efetivo avanço do conhecimento em diferentes áreas. São essas as que mais duramente estão se confrontando com as tendências dos nossos dias (...). Uma visão estreita da função do ensino superior ou das universidades (...) pode, porém conduzir a resultados que não são os mais favoráveis ao modelo produtivo que o vocacionismo pretende servir. (WARDE & PAIVA, 1994: 19)

De acordo com essa visão, essa maneira de focar o problema nos acenam perspectivas da necessidade de conhecer e de abrir espaços de debates e discussões sobre as

propostas para a educação de modo geral, e do ensino superior, em particular, para não correremos o risco de enfrentarmos ainda mais decisões antidemocráticas baseadas apenas no ordenamento estatal ou em documentos normativos internacionais.

O que é importante é ter presente a necessidade de um redimensionamento da relação universidade-empresa e escola-trabalho. A relação pressupõe a formação de um profissional exigido pelo novo padrão de desenvolvimento, com competência, com qualidade e produtividade. Temos que considerar que vivemos numa época em que a complexidade dos saberes tem levado à grandes cisões. No entanto, precisamos recompor este quadro através da oferta da educação, da informação, da instrução, do acesso ao mais variados campos científicos.

Tomando como referência a centralidade ocupada pela ciência e tecnologia no mundo contemporâneo e à medida que se amplia o impacto dessa centralidade, profundas questões vão aparecendo na esfera das necessidades relacionadas com a produção do conhecimento.

De um lado estão as questões relacionadas com as exigências de competências científicas e com capacidades tecnológicas, ou seja, a necessidade de outros saberes, muitas das vezes distanciados da instituição de educação superior. De outro lado, a incorporação da necessidade de saberes precisam ser entendidos como vinculados à perspectiva democrática, participativa, nas novas formas de pensar e de compreender. Por isso, nesse processo de reconversão será possível uma comunicação mais eficiente entre o que se produz e faz no interior da universidade.

Percebe-se que a tecnologia, no cotidiano, acha-se disseminada, e é caracterizada como definidora do mundo em que vivemos. Faz parte das ações e instrumentalizam as atividades humanas.

Assim ciência e tecnologia se esbarram. São campos com definições precisas e que precisam ser compreendidas enquanto tal. A ciência busca explicar e a tecnologia se coloca na posição de modificar e de controlar. Esta compreensão dicotomizada permite entender o ensino superior como espaço capaz de articular essa diferença e ao mesmo tempo de discutir essa relação.

Nesta ligação com a empresa, escola e trabalho, antes de tudo, precisa estar claro o papel da universidade, qual seja a de ser responsável pela geração e organização do conhecimento e da cultura.

Essas observações nos induzem a fazer referência à centralidade ocupada pela ciência e tecnologia no mundo contemporâneo.

À medida que se amplia o impacto profundas questões vão aparecendo na esfera das necessidades relacionadas com a produção do conhecimento.

De um lado, as questões relacionadas com as exigências de competências científicas e com capacidades tecnológicas, ou seja, necessidades de outros saberes e de competências, muitas das vezes distanciados da dinâmica do ensino superior.

De outro lado, a incorporação da necessidade de saberes de ordem democrática surgem vinculados à necessidade de uma maior participação e interação social.

As revisões estão sendo, pouco a pouco, forçadas a uma nova forma de desenvolver competências.

Do ponto de vista da nova ordem, da mudança e dessa transição o paradigma se apresenta numa perspectiva sócio-cultural

ampla, e cheia de contradições. No dizer de Boaventura Santos, (1994) estamos numa época em que é difícil ser linear: a ciência moderna se acha em fase de uma revisão radical. Vazio, descontinuidade, mudanças são questões centrais que afligem o ensino superior. E, sua sobrevivência está em crise. Modificações substantivas marcam a necessidade de novas reflexões. Nesse redesenho, a ciência se associa à visão de tecnologia cultural.

Nesse sentido, universidade, ensino, pesquisa adquirem novos sentidos. A ciência ganha novas perspectivas de entendimento. Nesse patamar, ciência e tecnologia se esbarram.

A tecnologia no cotidiano acha-se disseminada. Caracteriza-se como forma que passa a definir o mundo em que vivemos. Expressões tais como: novas tecnologias, tecnologias de ponta, sociedade tecnológica inserem-se no vocabulário comum do nosso dia a dia. O conceito, portanto, trás em si uma polissemia que procura instrumentalizar todas as atividades humanas.

Considerar essas questões, inseridas na nova ordem, como direção para uma formação crítica e competente dos profissionais que saem das nossas universidades, considerando todas as amarras da globalização econômica, pressupõe resgatar a idéia de utopia. Rediscutir os conceitos de "globalização", de "nova ordem", até hoje pouco compreendidos e tão difundidos, aponta para a necessidade de identificar, discutir e entender a influência destes parâmetros no sentido de contribuir para um redimensionamento de uma nova reorganização das bases do Ensino Superior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 2ª ed. Portugal, Lisboa: Afrontamento, 1996

SANTOS, M. A. A aceleração contemporânea: tempo mundo e tempo espaço mundo. In: SANTOS, et al. (Orgs) **Fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, Tomás Tadeu. **Trabalho, educação e prática social**: por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

_____. A nova direita e as transformações na pedagogia e na política da pedagogia. In: SILVA, T. T. & GENTILLI, P. A. A. **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. Petrópolis: Vozes, 1997

TOURAINÉ, Alain. Um mundo em pedaços, a fragmentação progressiva das zonas de influência põe em dúvida o sucesso da globalização. **Folha de São Paulo**. 13 de ago., 1995, p. 5-13

WARDE M. & PAIVA, V. Anos 90: o ensino superior na América Latina. In: **Dilemas do ensino superior na América Latina**. Capinas: Papirus, 1994.